



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**

PGEA: 1.31.000.000484/2026-11

OBJETO: Camisetas para campanhas institucionais

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (IN SGD/ME nº 1, de 2019)

Risco	Impacto (I)(1-5)	Probabilidade (P)(1-5)	Nível de risco (I x P)	Ação preventiva	Ação Contingência	Setor responsável
Sobrepreço ou subpreço da proposta em relação ao mercado	3	2	6	Criteriosa pesquisa de fornecedores, no caso de dispensa, e análise de aceitabilidade de propostas, se licitação	Nova seleção de fornecedor, no caso de dispensa, e desclassificação da proposta, se licitação	SLDE, SECGC
Ausência de padronização nos documentos de contratações do órgão	2	3	6	Padronização prévia dos documentos no Único e fluxograma dos procedimentos	Auxílio do SLDE no restante da contratação	SLDE
Delimitação do objeto feita de forma imprecisa	5	2	10	Elaboração dos artefatos da contratação em conjunto com a SLDE	Alterações nos artefatos da contratação; revogação do procedimento se já adjudicado	Área demandante, SLDE, SE
Ausência de integração da contratação com outras correlatas	2	3	6	Melhor análise desse pormenor no ETP; análise do PCA ou lista inicial de demandas para verificação de contratações correlatas	Apensamento dos PGEAs e realização conjunta ou integrada, se ainda não deflagrado o certame	Área demandante, SLDE, CA

Exigências prévias que tornem onerosa a participação no certame	2	2	4	Análise aprofundada da necessidade das exigências junto às áreas técnicas ou outros órgãos; ampla fundamentação das exigências	Revogação do certame por desnecessária limitação à ampla concorrência	SE,SLDE, área demandante
Pouca amplitude da pesquisa de preços, gerando preço referencial que não reflete o mercado	4	2	8	Diversificação da mesma ("cesta de preços", conforme a regulamentação da SEGES) com preços de contratações públicas, índices oficiais e fornecedores	Correção dos artefatos realizados com base nos preços referenciais resultantes; revogação do certame ou contratação direta	SE,SLDE
Adjudicação para empresa com restrições ou impedimentos	5	1	5	Consulta prévia aos portais CEIS, consulta unificada do TCU, SICAF e demais	Revogação da contratação ou certame	SE,SLDE
Ausência de clareza quanto à hora, data e modo de realização dos certames	5	1	5	Elaboração conjunta e revisada dos editais e instrumentos análogos	No caso de falta de clareza não inequívoca, caso haja recurso contra a homologação do certame, fundamentar com a jurisprudência "pas de nulité sans grief" do TCU; caso seja inequívoca, revogação do certame	SE,CA,SLDE
Entrega de produtos em desacordo com as especificações	4	2	8	Descrição detalhada das especificações técnicas das camisetas no Termo de Referência (tipo de tecido, modelo, cores, estampa e tamanhos).	Recusa do material entregue em desacordo com as especificações e solicitação de substituição pela contratada, com aplicação de penalidades contratuais se necessário.	SELOG

Baixa competitividade no certame	4	1	4	Ampliação da divulgação do certame em portais oficiais e elaboração de edital com requisitos compatíveis com o objeto, evitando restrições indevidas à competitividade.	Reavaliação do edital e republicação do certame com ajustes que ampliem a competitividade, caso haja número insuficiente de propostas válidas. Realização de dispensa com fornecedores locais.	SLDE
----------------------------------	---	---	---	---	--	------

Porto Velho, *(data da assinatura digital)*.

IGOR GONÇALVES DE MACEDO
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS
 PGEA: XXXXXX

Objeto: Mapa de Preços referente a camisetas para campanhas institucionais

Empresa/Certame	Unidade	Preço Unitário (atualizado monetariamente, se aplicável)
Pregão:90020/20250 - UASG:926919 - Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	Unidade	R\$ 25,17
Pregão:90112/2025 - UASG:120628 - Grupamento Aéreo de Belém/PA	Unidade	R\$ 27,23
Pregão:90088/2025 - UASG:450522 - Prefeitura de Ariquemes/RO*	Unidade	R\$ 18,76
Pregão:90008/2025 - UASG:158148 - IFRO*	Unidade	R\$ 40,57
Pregão:90228/2025 - UASG:927996 - Governo do Estado do Acre	Unidade	R\$ 22,21
Última contratação no âmbito do MPF/RO (Dispensa de Licitação) - PGEA 1.31.000.001493/2025-30	Unidade	R\$ 28,00

* Preço descartado por superar a variação de 15%. (Valores discrepantes).

Análises pela PORTARIA SG/MPF n. 100/2023.

ANÁLISE	1ª Análise	2ª Análise
Quantidade de Valores Obtidos:	6	4
Menor Valor Obtido:	18,76	22,21
Média (μ):	26,99	25,65
Desvio-Padrão (σ):	7,48	-

ANÁLISE	1ª Análise	2ª Análise
*Valores Discrepantes ($\mu - 1\sigma$):	19,51	-
*Valores Discrepantes ($\mu + 1\sigma$)	34,47	-
Coefficiente de Variação (σ/μ):	0,28	-
Valor referência conseguido (preço anual)		R\$ 25,65

1.1 O índice utilizado para atualização, conforme o comando da Lei 14.133/2021, nos casos aplicáveis, foi o IPCA.

1.2 Foram utilizados, além de quatro preços locais, dois preços de outros estados da Região Norte, de modo a compor-se uma cesta de preços mais ampla.

Porto Velho-RO, em *(data da assinatura do documento)*.

IGOR GONÇALVES DE MACEDO

Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

Assinado com login e senha por IGOR GONCALVES DE MACEDO, em 16/03/2026 19:13. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8f66e2df.4041daad.c41f46a2.1b926791



Relatório de Cotação: cotação rápida 863

Pesquisa realizada entre 23/02/2026 11:47:54 e 23/02/2026 12:08:49

Relatório gerado no dia 23/02/2026 13:03:41 (IP: 2804:1128:bd2f:9600:e586:cb8f:833b:877a)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
 Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: camiseta

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
5 / 75	1	R\$ 26,50 (un)	-	R\$ 26,50	100%	R\$ 26,50

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA	NºPregão:900202025 UASG:926919	04/12/2025	R\$ 25,00
2	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	NºPregão:901122025 UASG:120628	07/11/2025	R\$ 27,00
3	GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA Prefeitura Municipal de Ariquemes	NºPregão:900882025 UASG:450522	29/09/2025	R\$ 18,50
4	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	NºPregão:900082025 UASG:158148	16/09/2025	R\$ 40,00
5	SECRETARIA DE ESTADO INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-AC	NºPregão:902282025 UASG:927996	07/10/2025	R\$ 22,00
Valor Unitário				R\$ 26,50

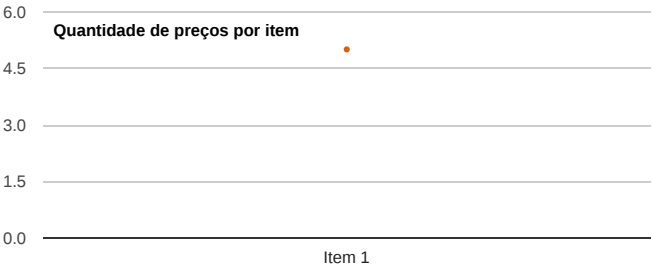
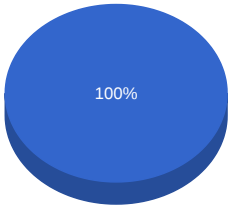
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 25,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 26,50

Valor Global: R\$ 26,50

Valor do item em relação ao total

1) camiseta



Detalhamento dos Itens

Item 1: camiseta						
Preço Estimado: R\$ 26,50 (un)		Percentual: -		Preço Estimado Calculado: R\$ 26,50		Média dos Preços Obtidos: R\$ 26,50
Quantidade	Descrição					Observação
1 Unidade	camiseta, tipo: uniforme , tipo manga: curta , tipo gola: careca , cor: branca , tamanho: sob medida , material: malha pv (67% poliéster e 33% viscose) , aplicação: uniforme					
Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor						R\$ 25,00
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)						
Órgão: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA			Data: 11/11/2025 08:00			
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos.			Modalidade: Pregão Eletrônico			
Descrição: Camiseta - CAMISETA, TIPO: UNISSEX , TIPO MANGA: CURTA , TIPO GOLA: V , COR: BRANCA , TAMANHO: VARIADOS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO , MATERIAL: 67% POLIÉSTER E 33 % VISCOSE , APLICAÇÃO: UNIFORME ESCOLAR			SRP: NÃO			
CatMat: 625111 - Camiseta - Tipo: Unissex Tipo Manga: Curta Tipo Gola: V Cor: Branca Tamanho: Variados Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Material: 67% Poliéster E 33 % Viscose Aplicação: Uniforme Escolar			Identificação: NºPregão:900202025 / UASG:926919			
			Lote/Item: /47			
			Ata: Link Ata			
			Homologação: 04/12/2025 07:21			
			Fonte: www.gov.br/compras/pt-br			
			Quantidade: 282			
			Unidade: Unidade			
			UF: RO			
CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
63.750.350/0001-95	HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES LTDA					R\$ 20,00
Estado: RO	Cidade: Porto Velho	Endereço: RUA FRUTAL, 896	Nome de Contato: NEI ANTONIO	Telefone: (69) 2141-7392	Email: artvisual_pvh@hotmail.com	
40.337.813/0001-96	JS UNIFORMES LTDA					R\$ 24,00
Estado: RO	Cidade: Ji-Paraná	Endereço: AVENIDA ARACAJU, 3164	Telefone: (69) 9274-9159	Email: juciane.dias@hotmail.com		
02.889.493/0001-98	FIBRATEX COMERCIAL LTDA					R\$ 24,50
Estado: MT	Cidade: Cuiabá	Endereço: RUA BARAO DE MELGACO, 629	Telefone: (65) 3025-7409	Email: financeiro@masteruniformes.com.br		
53.187.086/0001-70	53.187.086 DARIO CALIXTO DE FRANCA					R\$ 25,00
Endereço: GOIAS, 3979	Telefone: (69) 3521-2100		Email: dariostarnort@gmail.com			
58.807.340/0001-09	VIEIRA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACAO TEXTIL LTDA Benefício					R\$ 25,00
VENCEDOR	Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RO					
Endereço: ,						
23.829.339/0001-09	M.TESTA CONFECCAO					R\$ 25,11
Estado: PR	Cidade: Cianorte	Endereço: AV GENEI UEHARA, 1263	Telefone: (44) 9723-3337	Email: testaesala@hotmail.com		
01.171.750/0001-99	RM CONFECCOES LTDA					R\$ 25,60
Estado: MT	Cidade: Cuiabá	Endereço: AVENIDA TENENTE CORONEL DUARTE, 2030	Nome de Contato: Marcus Maculan Sodrê	Telefone: (65) 3623-6013	Email: ricardo@rmuniformes.com.br	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
01.060.256/0001-57		L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA				R\$ 28,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RO	Ji-Paraná	AVENIDA MARECHAL RONDON, 311-B	Tarcisio Domingos Zanatta	(69) 3423-8329	graficacenterjp@hotmail.com	
35.335.996/0001-70		C. OLIVEIRA PINTO JUNIOR LTDA				R\$ 29,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
RO	Cacoal	R PADRE ADOLFO, 2511	(69) 3441-6665	unimax.uniforme@gmail.com		
13.862.822/0001-23		AMAZON ECO COMERCIO LTDA				R\$ 29,09
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
PA	Breu Branco	TRAVESSA WE 32, 361	(91) 8414-5262	contato@amazon.com.br		
48.909.059/0001-23		RESTAURANTE BOM PALADAR LTDA				R\$ 30,00
Endereço:						
,						
38.822.842/0001-00		AMANDA R COSTA GUIMARAES LIMA LTDA				R\$ 31,00
Endereço:						
,						
02.507.452/0001-90		SC -BRINDES LTDA				R\$ 31,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RO	Rolim de Moura	RUA GUAPORE, 5112	Daniel Pinheiro Ferreira	(69) 3442-1813	rondoniabones@hotmail.com	
59.476.681/0001-01		J C T PROMO COMUNICACOES LTDA UF endereço: AM				R\$ 31,05
Endereço:						
,						
09.192.266/0001-58		IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA				R\$ 32,49
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
RO	Porto Velho	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 1991	(69) 3223-1492	catportuga@hotmail.com		
63.187.198/0001-84		63.187.198 ISABELA LYNA REZENDE SILVA				R\$ 36,00
Endereço:						
,						
07.273.545/0001-10		HIGH EMPREENDIMENTOS LTDA				R\$ 36,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
AM	Manaus	RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA, 450	(92) 9280-5315	highempreendimentos@gmail.com		
50.615.423/0001-94		AFA BANDEIRAS COMERCIO E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: GO				R\$ 36,00
Endereço:						
,						
57.920.490/0001-61		57.920.490 RAFAELA NEVES ALVES DA SILVA MEDEIROS UF endereço: MG				R\$ 36,00
Endereço:						
,						
31.322.418/0001-49		CLOVIS CALACA DE OLIVEIRA 07431132417				R\$ 36,05
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
AL	Maceió	AVENIDA DOUTOR ANTONIO GOMES DE BARROS, 427	(82) 8823-8688	clovis.c@outlook.com.br		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
51.424.864/0001-71	EAS COMERCIO E SERVICOS LTDA					R\$ 36,10
Endereço: ,						
10.242.466/0001-57	GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA					R\$ 36,10
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
MG	Rio Novo	RUA EZEQUIEL RIBEIRO GUIMARAES, 338	Camilla	(32) 3274-1506	ghc@ghcuniformes.com.br	
05.155.992/0001-40	RONDOFORMS EDITORA E GRAFICA LTDA					R\$ 48,00
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
RO	Porto Velho	AVENIDA PINHEIRO MACHADO, 2113		(69) 3224-5510	legalizacao@atual-rmc.com.br	

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor
R\$ 27,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	Data:	29/09/2025 08:00
Objeto:	Aquisição de Material de Consumo do tipo Bandeiras, Insígnias, Fardamentos e Acessórios nos , termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Descrição:	Camiseta - CAMISETA, TIPO UNISSEX, TIPO MANGA CURTA, TIPO GOLA CARECA, COR AZUL ROYAL,TAMANHO VARIADOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO DO ÓRGÃO,MATERIAL MALHA FRIA	SRP:	SIM
CatMat:	611179 - Camiseta - Tipo: Unissex Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Careca Cor: Azul Royal Tamanho: Variados Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Material: Malha Fria	Identificação:	NºPregão:901122025 / UASG:120628
		Lote/Item:	/19
		Ata:	Link Ata
		Homologação:	07/11/2025 11:45
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	23
		Unidade:	Unidade
		UF:	PA

CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final	
50.615.423/0001-94		AFA BANDEIRAS COMERCIO E SERVICOS LTDA		R\$ 27,00	
VENCEDOR		Benefício Me/Epp: Sim Programa			
Endereço:		de integridade: Sim UF endereço: GO			
,					
41.224.334/0001-26		CARLOS FERNANDO SALGADO GOMES 11311968725		R\$ 27,99	
Endereço:		Telefone:		Email:	
CORONEL FRANCA LEITE, 2687		(21) 9646-2129		carlos.lol59@gmail.com	
51.111.135/0001-65		SUPER ESTAMPAS SERVICOS E COMERCIO LTDA		R\$ 33,00	
Endereço:					
,					
41.452.284/0001-34		G M ESTUMANO COMERCIO LTDA		R\$ 34,60	
Endereço:		Telefone:		Email:	
AVERTANO ROCHA, 192		(91) 8027-3820		licitacoesle2021@gmail.com	
40.276.871/0001-57		HB PROTECTION LTDA		R\$ 35,00	
Endereço:		Telefone:		Email:	
SANTO ANDRE, 132		(31) 7534-2953		hbprotection@gmail.com	
00.556.225/0001-29		PRORROUPAS CONFECOES LTDA		R\$ 44,99	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	QUADRA QI, 02	Silverio	(61) 3354-6222	proroupasconfeccoes@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
17.151.464/0001-00	H R DE SOUZA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA					R\$ 50,00
Estado: PA	Cidade: Belém	Endereço: AVENIDA ALCINDO CACELA, 13		Telefone: (91) 3244-4824		
37.278.582/0001-82	LEONARDO GOMES DE AGUIAR 81102771104					R\$ 62,00
Estado: GO	Cidade: Goiânia	Endereço: AL ANICUNS, 0	Telefone: (62) 8194-1196		Email: empreendimentotextil@hotmail.com	
28.856.404/0001-09	ALVORADA DISTRIBUICAO E CONFECCAO LTDA					R\$ 63,00
Endereço: ,						
39.019.120/0001-76	EDIMILTON DE SOUSA TELES					R\$ 63,00
Estado: SP	Cidade: São Paulo	Endereço: AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 323	Telefone: (11) 3313-3636		Email: contato@lojateles.com.br	
59.058.349/0001-27	59.058.349 DIVINA APARECIDA DOS REIS TEIXEIRA MAIA UF endereço: GO					R\$ 63,90
Endereço: ,						
31.322.418/0001-49	CLOVIS CALACA DE OLIVEIRA 07431132417					R\$ 63,90
Estado: AL	Cidade: Maceió	Endereço: AVENIDA DOUTOR ANTONIO GOMES DE BARROS, 427		Telefone: (82) 8823-8688	Email: clovis.c@outlook.com.br	
21.015.909/0001-93	OHANA CONFECCOES LTDA.					R\$ 63,90
Endereço: ATENAS, 9		Telefone: (92) 9393-7963		Email: matheusmacedomaia@gmail.com		
23.829.339/0001-09	M.TESTA CONFECCAO					R\$ 63,98
Estado: PR	Cidade: Cianorte	Endereço: AV GENEI UEHARA, 1263	Telefone: (44) 9723-3337		Email: testaesala@hotmail.com	
17.559.024/0001-88	CAMUFLAGEM MILITAR LTDA					R\$ 63,99
Endereço: AVENIDA COMPENSA, 5		Telefone: (92) 9405-7399/ (92) 3346-7399		Email: jaymeson2011@hotmail.com		
47.620.121/0001-08	NUBIA TEIXEIRA DA MAIA 01990792189					R\$ 63,99
Estado: GO	Cidade: Goiânia	Endereço: R 7 DE SETEMBRO, S-N	Telefone: (62) 8458-9981		Email: nubiatmempreendimento@gmail.com	
10.242.466/0001-57	GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA					R\$ 63,99
Estado: MG	Cidade: Rio Novo	Endereço: RUA EZEQUIEL RIBEIRO GUIMARAES, 338	Nome de Contato: Camilla	Telefone: (32) 3274-1506	Email: ghc@ghcuniformes.com.br	
55.593.835/0001-94	55.593.835 NATALIA DE FATIMA SIQUEIRA MELO					R\$ 64,00
Endereço: RUA PEDRO CLEMENTE FERNANDES, 869			Telefone: (11) 4693-3797		Email: comercialnataliasiqueira@gmail.com	
26.580.101/0001-72	APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.					R\$ 65,64
Endereço: FILIPE DE GUSMAO, 123			Telefone: (11) 3255-4399		Email: dalessandro@apponte.com.br	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final	
51.952.853/0001-64		51.952.853 JOSIAS DE MOURA GOMES			R\$ 77,00	
Endereço:		Telefone:		Email:		
PEDRO CLEMENTE FERNANDES, 869		(11) 4695-1701		josiasdemoura190@gmail.com		
03.835.661/0001-25		NM CONFECCOES LTDA			R\$ 100,00	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
MG	Itajubá	RUA DOUTOR HOFMANN, 220	Antonun El Moallen	(35) 3622-4866	habib@habib-decoracoes.com.br	

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor
R\$ 18,50

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA Prefeitura Municipal de Ariquemes	Data:	25/08/2025 08:00
Objeto:	Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Uniformes para Paramentação Completa dos Agentes Comunitários de Saúde e Funcionários das Unidades Básicas de Saúde atender a Prefeitura Municipal de Ariquemes, cumprimento da Lei n. 14.133/2021.	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Descrição:	Camiseta - CAMISETA, TIPO FEMININO, TIPO MANGA CURTA, TIPO GOLA POLO, COR BRANCA, TAMANHOSOB MEDIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BOTÕES CASEADOS/BOLSO LADO ESQUERDO/ACABAMENTO RE T, MATERIAL MALHA POLIVISCOSE 180G, APLICAÇÃO UNIFORME	SRP:	SIM
CatMat:	413447 - Camiseta - Tipo: Feminino Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Polo Cor: Branca Tamanho: Sob Medida Características Adicionais: Botões Caseados/Bolso Lado Esquerdo/Acabamento Ret Material: Malha Poliviscose 180g Aplicação: Uniforme	Identificação:	NºPregão:900882025 / UASG:450522
		Lote/Item:	/7
		Ata:	Link Ata
		Homologação:	29/09/2025 11:05
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	200
		Unidade:	Unidade
		UF:	RO

CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final		
50.615.423/0001-94		AFA BANDEIRAS COMERCIO E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa			R\$ 18,50	
VENCEDOR		de integridade: Sim UF endereço: GO				
Endereço:						
,						
10.268.280/0001-77		MV INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS E INFLAVEIS LTDA			R\$ 19,00	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
GO	Aparecida de Goiânia	RUA LUIZ GONZAGA FARIA, S/N	Mário Sérgio da Costa Daher	(62) 8293-0105	lici.mvsports@gmail.com	
02.889.493/0001-98		FIBRATEx COMERCIAL LTDA			R\$ 31,24	
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
MT	Cuiabá	RUA BARAO DE MELGACO, 629		(65) 3025-7409	financeiro@masteruniformes.com.br	
33.026.034/0001-04		33.026.034 DIEGO SAGGIN			R\$ 33,99	
Endereço:					Telefone:	Email:
PR 180 KM 01 - 1 LT 23R, QD GLO8, KM 01					(45) 9950-5191	saggindistribuidora@gmail.com
48.909.059/0001-23		RESTAURANTE BOM PALADAR LTDA			R\$ 34,30	
Endereço:						
,						
53.157.572/0001-45		CAMISETA CLOTESE LTDA			R\$ 34,31	
Endereço:						
,						
63.750.350/0001-95		HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES LTDA			R\$ 34,31	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RO	Porto Velho	RUA FRUTAL, 896	NEI ANTONIO	(69) 2141-7392	artvisual_pvh@hotmail.com	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final
36.770.097/0001-69		CIB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA			R\$ 35,43
Endereço: DJALMA TORRES, 557		Telefone: (38) 3676-6772		Email: cib.contato@federaltrading.org	
23.829.339/0001-09		M.TESTA CONFECCAO			R\$ 150,00
Estado: PR	Cidade: Cianorte	Endereço: AV GENEI UEHARA, 1263	Telefone: (44) 9723-3337	Email: testaesala@hotmail.com	

Preço (Compras Governamentais) 4: Preço do Fornecedor Vencedor
R\$ 40,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		Data: 12/08/2025 08:00	
Secretaria Executiva		Modalidade: Pregão Eletrônico	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento		SRP: SIM	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		Identificação: NºPregão:900082025 / UASG:158148	
Objeto: Aquisição de uniformes para subsidiar a Política de Assistência Estudantil.		Lote/Item: /71	
Descrição: Camiseta - CAMISETA, TIPO: UNIFORME , TIPO MANGA: CURTA , TIPO GOLA: CARECA , COR: BRANCA , TAMANHO: SOB MEDIDA , MATERIAL: MALHA PV (67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) , APLICAÇÃO: UNIFORME		Ata: Link Ata	
CatMat: 477101 - Camiseta - Tipo: Uniforme Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Careca Cor: Branca Tamanho: Sob Medida Material: Malha Pv (67% Poliéster E 33% Viscose) Aplicação: Uniforme		Homologação: 16/09/2025 11:52	
		Fonte: www.gov.br/compras/pt-br	
		Quantidade: 75	
		Unidade: Unidade	
		UF: RO	

CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final
03.230.915/0001-81		GGs INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA			R\$ 24,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
BA	Feira de Santana	RUA VEREADOR DEMOCRITO DE LIMA SOARES, 76	(75) 3211-1000	gerson@casaesportiva.com.br	
41.224.334/0001-26		CARLOS FERNANDO SALGADO GOMES 11311968725			R\$ 25,00
Endereço:		Telefone:		Email:	
CORONEL FRANCA LEITE, 2687		(21) 9646-2129		carlos.lol59@gmail.com	
63.750.350/0001-95		HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES LTDA			R\$ 40,00
VENCEDOR					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RO	Porto Velho	RUA FRUTAL, 896	NEI ANTONIO	(69) 2141-7392	artvisual_pvh@hotmail.com
48.909.059/0001-23		RESTAURANTE BOM PALADAR LTDA			R\$ 46,00
Endereço:					
,					
37.278.582/0001-82		LEONARDO GOMES DE AGUIAR 81102771104			R\$ 47,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
GO	Goiânia	AL ANICUNS, 0	(62) 8194-1196	emprendimentotextil@hotmail.com	
59.058.349/0001-27		59.058.349 DIVINA APARECIDA DOS REIS TEIXEIRA MAIA UF endereço: GO			R\$ 48,00
Endereço:					
,					
37.403.745/0001-01		WENY GREGORIO DE SOUZA SILVA 85267180106			R\$ 48,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
DF	Brasília	Q QSC 20, LT 01	(61) 8464-9811	lyssaintimates@gmail.com	



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
47.620.121/0001-08	NUBIA TEIXEIRA DA MAIA 01990792189				R\$ 48,04
Estado: GO	Cidade: Goiânia	Endereço: R 7 DE SETEMBRO, S-N	Telefone: (62) 8458-9981	Email: nubiatmempreendimento@gmail.com	

Preço (Compras Governamentais) 5: Preço do Fornecedor Vencedor
R\$ 22,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	SECRETARIA DE ESTADO INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-AC	Data:	06/06/2025 08:00
Objeto:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de diversos materiais gráficos e de malharia, incluindo serviços de impressão, acabamento e instalação, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI).	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Descrição:	Camiseta - CAMISETA, TIPO UNISSEX, TIPO MANGA CURTA, TIPO GOLA CARECA, COR BRANCA,TAMANHO XXL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO, MATERIAL 65%POLIÉSTER E 35% ALGODAO	SRP:	SIM
	CatMat: 620185 - Camiseta - Tipo: Unissex Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Careca Cor: Branca Tamanho: Xxl Características Adicionais: Conforme Modelo Material: 65% Poliéster E 35% Algodao	Identificação:	NºPregão:902282025 / UASG:927996
		Lote/Item:	/5
		Ata:	Link Ata
		Homologação:	07/10/2025 15:32
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	251
		Unidade:	Unidade
		UF:	AC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
05.162.027/0001-02 *VENCEDOR*	C.F. DE LIRA GOMES LTDA				R\$ 22,00
Estado: RJ	Cidade: Nilópolis	Endereço: RUA CORONEL FRANCA LEITE, 2687	Telefone: (21) 3860-4154	Email: didannaconfeccoes@gmail.com	
42.754.927/0001-67	REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA				R\$ 24,00
Estado: RS	Cidade: Bagé	Endereço: R FRANCISCO L. MEIRELES, 1782	Nome de Contato: Adriane	Telefone: (53) 99123-2126	Email: adrianelamadril@hotmail.com
10.268.280/0001-77	MV INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS E INFLAVEIS LTDA				R\$ 35,00
Estado: GO	Cidade: Aparecida de Goiânia	Endereço: RUA LUIZ GONZAGA FARIA, S/N	Nome de Contato: Mário Sérgio da Costa Daher	Telefone: (62) 8293-0105	Email: lici.mvsports@gmail.com
13.862.822/0001-23	AMAZON ECO COMERCIO LTDA				R\$ 48,00
Estado: PA	Cidade: Breu Branco	Endereço: TRAVESSA WE 32, 361	Telefone: (91) 8414-5262	Email: contato@amazon.com.br	
50.423.935/0001-59	50.423.935 STELLA MARIA GOMES TEOTONIO LUZ				R\$ 50,00
Endereço: ,					
39.797.284/0001-24	GABBY UNIFORMES E TECIDOS LTDA				R\$ 50,00
Endereço: AV GETULIO VARGAS, 2375	Nome de Contato: LUCELIA		Telefone: (68) 9904-0495	Email: luceliadi@gmail.com	
40.337.813/0001-96	JS UNIFORMES LTDA				R\$ 50,00
Estado: RO	Cidade: Ji-Paraná	Endereço: AVENIDA ARACAJU, 3164	Telefone: (69) 9274-9159	Email: juciane.dias@hotmail.com	
84.308.337/0001-50	LIMA E ABRAHAO LTDA				R\$ 52,00
Estado: AC	Cidade: Rio Branco	Endereço: AVENIDA GETULIO VARGAS, 3457	Nome de Contato: JERRI	Telefone: (68) 3228-2361	Email: pontosemnovendas@gmail.com



CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final	
18.054.020/0001-00		ALFO EXPRESS COMERCIO E SERVICOS LTDA			R\$ 55,00	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
AC	Rio Branco	RUA JAMBO, 121	FRANCINETE	(68) 3321-2959	alfo.comercio@hotmail.com	
46.805.411/0001-55		J A FRANCO			R\$ 55,00	
Endereço:						
,						
59.824.154/0001-40		J. A. COMUNICACAO E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: AC			R\$ 80,00	
Endereço:						
,						
48.398.429/0001-05		KAL MALORY COMERCIAL LTDA			R\$ 80,00	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:		Email:	
SP	São Paulo	R ROSA GOMES DE SIQUEIRA, 83	(41) 9788-0145/ (0000) 0000-0000		abertura@contabilizei.com.br	
37.652.289/0001-33		SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA			R\$ 100,00	
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RS	Tapejara	R MANOEL TEIXEIRA, 50	Marcelo	(54) 3344-2808	simonipublicidade@gmail.com	
37.145.431/0001-56		RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA			R\$ 101.730.000,00	
Endereço:						
,						





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br

Data: 23/02/2026 11:47:54

Acessar a fonte [aqui](#)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
1.31.000.000484/2026-11

1 – Demanda

1.1 – Trata-se da necessidade da contratação de confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais, apontada no documento de demanda PR-RO-00021251/2025. Essa necessidade surge devido a importância da divulgação visual da PR/RO nas ações e campanhas promovidas pelo órgão, por meio de seus colaboradores.

2 – Objetivo do Estudo

2.1 – O presente estudo pretende apresentar a análise da melhor solução da necessidade demandada para atender às necessidades pontuais do MPF/RO.

3 – Referência legal

3.1 – A presente contratação é feita em cumprimento a Lei n. 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022, Portaria PGR/MPU n. 100/2023, Instrução Normativa SEGES n. 58/2022, bem como os demais diplomas normativos atinentes às contratações públicas.

4 – Análise das Contratações Anteriores e contratações correlatas

4.1 – A contratação anterior para fornecimento de camisetas institucionais, realizada com a empresa Genius Modas e Uniformes Ltda, foi executada com entrega dos itens conforme as especificações estabelecidas. Houve entrega parcial inicial, com quantitativo faltante de 101 camisetas, posteriormente regularizada, sem prejuízo ao atendimento da necessidade institucional.

4.2 – Durante a tentativa de prorrogação da Ata de Registro de Preços n. 02/2024, verificou-se a existência de pendências da empresa junto ao CADIN, bem como a apresentação de certidões de regularidade fiscal municipal e estadual vencidas, o que inviabilizou a prorrogação da ata, encerrada em 10/06/2025.

4.3 – Em decorrência disso, foi realizada contratação direta no final de 2025, com saldo de bens já consumido quando da elaboração deste documento. Desta forma, evidencia-se a necessidade de uma solução de longo prazo para o fornecimento, de modo a evitar interrupções e a instrução de múltiplos procedimentos de contratação, considerando ainda a diminuta equipe disponível para estas.

4.4 – A realização de eventos e campanhas institucionais depende parcialmente da disponibilização de camisetas, as quais são utilizadas como instrumento de identificação visual e apoio às ações de divulgação institucional. Ressalta-se, contudo, que as camisetas não constituem o único meio para a execução dessas atividades, mas atuam como elemento complementar, contribuindo para maior padronização, visibilidade e alcance das campanhas promovidas pela Instituição.

5 – Necessidade da Contratação

5.1 – A contratação pretendida decorre da necessidade de expressar, de forma eficiente, a comunicação visual utilizada para informar o público externo acerca das campanhas institucionais nas quais o Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) atua na defesa do interesse público. As campanhas institucionais do MPF/RO têm como finalidade promover a conscientização social, a transparência institucional e o fortalecimento do controle social, sendo essencial que suas mensagens sejam transmitidas de maneira clara, acessível e visualmente padronizada. Nesse contexto, as camisetas institucionais constituem importante ferramenta de comunicação visual, contribuindo para a identificação imediata da atuação do MPF e para a divulgação dos temas defendidos pela instituição.

6 – Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão

6.1 – A contratação em tela busca contemplar o objetivo estratégico: apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem acessível, conforme o Mapa Estratégico do MPF, disponível em https://transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf_e/2024/DMPF-ADMINISTRATIVO-2024-10-30.pdf, conforme atualizado pela Portaria PGR/MPF N. 843/2024.

6.2 – Os itens objetos do presente ETP foram incluídos e aprovados no PCA 2026 do órgão, por meio do Despacho PR-RO-00008776/2026.

7 – Requisitos da Contratação

7.1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

7.1.1 – Requisitos Funcionais:

7.1.1.1 – Requisitos de Negócio (Funcionalidades): Fornecer camisetas conforme especificações técnicas definidas (modelo, tecido, gramatura, tamanhos, cores e personalização), assegurando padrão adequado de qualidade, acabamento e costura.

7.1.1.2 – Requisitos Legais: Possuir CNPJ ativo e compatível com o objeto, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como emitir nota fiscal, bem como demais exigências em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.1.1.3 – Requisitos Temporais: Cumprir os prazos de produção e entrega estabelecidos no Termo de Referência ou contrato.

7.1.1.4 – Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais: Observar a legislação trabalhista e ambiental vigente, vedada a utilização de práticas irregulares.

7.1.2 – Requisitos Tecnológicos:

7.1.2.1 – Requisitos de Garantia e Manutenção: Garantir a qualidade do produto entregue, com substituição de peças que apresentem defeitos de fabricação.

7.2 – Definir e justificar se o fornecimento possui natureza continuada ou não: A contratação possui natureza continuada, uma vez que o fornecimento de camisetas é necessário de forma recorrente, destinados a atender demandas específicas e previamente definidas pelo MPF, sendo necessária a execução contínua ou permanente do objeto para a manutenção das atividades da Administração.

7.3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada: Recomenda-se a utilização de embalagens biodegradáveis por parte da contratada.

7.4 – Duração inicial do contrato de fornecimento de natureza continuada: O prazo inicial do contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). A prorrogação ficará a critério da Administração Pública, desde que observada a vigência máxima decenal prevista na referida norma.

7.5 – Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não se aplica.

7.6 – Impactos ambientais e medidas mitigadoras: Conforme disposto no item 7.3 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.7 - Padrões mínimos de qualidade e desempenho: A empresa contratada deverá entregar os itens estritamente de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência quanto ao tecido, modelo, cor e estampa encaminhada, com cumprimento do prazo estipulado.

8 – Estimativa das Quantidades

8.1 – Em que pese o quantitativo apontado no DFD, a estimativa da contratação é de 780 unidades por ano, destinada ao atendimento das campanhas institucionais promovidas pelo MPF/RO, considerando o consumo nos exercícios anteriores e a disponibilidade orçamentária

do órgão para o exercício de 2026. O quantitativo foi definido também com base na previsão de campanhas institucionais, possuindo caráter meramente **estimativo**, podendo variar conforme a demanda efetiva da Administração.

8.1.1 - Em 2025 houve 03 (três) aquisições de camisetas para campanhas institucionais, que totalizaram 700 (setecentos) itens, conforme notas fiscais constantes no PGEA nº 1.31.000.001493/2025-30 e juntadas à íntegra deste estudo. Ademais, no ano de 2024 também ocorreram 03 (três) aquisições ao longo do ano, que naquela oportunidade totalizaram 600 (seiscentas) camisetas, nos termos registrados no Relatório de Arquivamento do PGEA nº 1.31.000.001418/2024-98, juntado à íntegra do presente documento.

8.1.2 - Assim, considerando que o quantitativo consumido em 2025 guarda maior semelhança com a demanda atual, sobretudo por tratar-se de ano de eleições gerais, que impõem a realização de campanhas institucionais para conscientização sobre regras do pleito, adotou-se a quantidade de 700 (setecentas) camisetas como consumo inicialmente previsto.

8.1.3 - Foi considerando, ainda, o atendimento das necessidades de eventuais novos membros, servidores e estagiários, bem como de novos eventos, chegando a 780 (setecentas e oitenta) camisetas como quantidade estimada para contratação, valor este que representa um incremento sobre o consumo do exercício anterior, visando a segurança operacional do órgão.

8.1.4 - Consoante exposto, segue o memorial descritivo de cálculo:

Camisetas adquiridas em 2025	700
Reserva estimada para novos membros/servidores/estagiários/eventos	80
Total estimado	780

9 – Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

9. 1 – Após a análise do mercado e da situação atual do órgão, chegou-se às seguintes soluções possíveis:

Solução 1	
Descrição	Contratação para confecção e fornecimento de camisetas para a realização de campanhas institucionais.
Análise da Solução	A contratação continuada para o fornecimento de camisetas institucionais mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades do MPF/RO, considerando o caráter recorrente das campanhas institucionais locais e nacionais. Tal modelo assegura a padronização da comunicação visual, o atendimento contínuo das demandas institucionais e maior eficiência administrativa, ao evitar contratações pontuais e sucessivas. Além disso, permite melhor planejamento e uso racional dos recursos públicos, estando em conformidade com o arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

Solução 2

Descrição	Utilização de estoques remanescentes ou de materiais genéricos.
Análise da Solução	A utilização de estoques remanescentes ou de materiais genéricos também foi avaliada, contudo revelou-se insuficiente, pois compromete a identidade visual institucional, reduz a efetividade da comunicação e não assegura o atendimento adequado às campanhas anuais nem às demandas internas do MPF/RO.

Solução 3

Descrição	Aquisição direta das camisetas (dispensa de licitação)
Análise da Solução	A aquisição direta das camisetas, por meio de dispensa de licitação, não é a opção mais adequada para atender a necessidade identificada. Essa forma de contratação possui limitações que reduzem a quantidade de camisetas que pode ser adquirida e dificultam o atendimento da demanda ao longo do período estimado. Dessa forma, essa solução não atende de maneira satisfatória ao planejamento da necessidade.

Solução 4

Descrição	Aquisição de equipamentos para confecção.
Análise da Solução	Mostrou-se inviável em razão do elevado custo inicial de aquisição, da necessidade de manutenção contínua, da inexistência de estrutura adequada e da demanda por mão de obra especializada, o que elevaria os custos, além de não se relacionar com a atividade finalística do MPF.

Solução Escolhida

9.2.1 – Descrição: Solução 1 - Contratação continuada para confecção e fornecimento de camisetas para a realização de campanhas institucionais.

9.2.2 – Justificativa: Essa alternativa assegura maior eficiência e efetividade da contratação, ao permitir planejamento adequado, redução de custos e atendimento contínuo às demandas institucionais, mostrando-se a opção mais vantajosa para a Administração.

10 – Estimativas de preços ou preços referenciais

10.1 – A estimativa **anual** é de 780 (setecentas e oitenta) camisetas, ao valor unitário estimado de R\$ 25,65 (vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos), totalizando R\$ 20.007,00 (vinte mil e sete reais), conforme Mapa de Preços anexo.

UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ANUAL	PREÇO BIANUAL ESTIMADO
UND	780	R\$ 25,65	R\$ 20.007,00	R\$ 40.014,00

11 – Descrição da solução como um todo (Inciso VII do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 9º, Inciso IV da IN 58/2022)

11.1 – Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário (art. 29 da Lei 14.133/2021), de empresa vencedora do certame, para a confecção e fornecimento, em

caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais, nos moldes do instrumento contratual vigente, pelo período inicial de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 10 (dez) anos.

12 – Justificativas para o parcelamento ou não da solução

12.1 – O parcelamento da contratação não é recomendável, pois a divisão em lotes pode resultar em variação de preços entre fornecedores e maior complexidade na gestão contratual, acarretando aumento dos custos administrativos, sem gerar benefícios relevantes para a Administração.

13 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

13.1 – A contratação para confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais visa assegurar economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos, considerando o fornecimento contínuo ao longo do ano para atendimento a diversas campanhas institucionais. A contratação de empresa especializada possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, em razão da economia de escala e da padronização do objeto. As camisetas serão fornecidas em diversos tamanhos e em modelos distintos conforme cada campanha institucional, mantendo padrões de qualidade e material, o que facilita o controle, a distribuição e o uso eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

14 – Providências para adequação do ambiente do órgão

14.1 – Não se aplica, uma vez que o objeto da contratação consiste no fornecimento de camisetas, não demandando alterações na infraestrutura física, nos sistemas internos ou na rotina operacional do MPF/RO. A entrega, o armazenamento e a distribuição poderão ser realizados com os recursos e estruturas já disponíveis.

15 – Declaração da viabilidade ou não da contratação

15.1 – O presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a solução de contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais é viável do ponto de vista técnico e econômico, por se tratar de objeto comum disponível no mercado e por possibilitar economia de escala e melhor uso dos recursos públicos, contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que adotadas as premissas descritas neste documento.

16 – Declaração de sigilo

16.1 – Tendo em vista o caráter público do processo licitatório, a princípio não caberia a aplicação ao presente documento do sigilo previsto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

17 - Justificativa para a não inclusão dos itens não obrigatórios

17.1 – Justifica-se a não inclusão neste ETP dos itens abaixo do art. 18, §1º da Lei 14.133/2021 (itens facultativos do ETP) na forma a seguir:

17.1.1 – Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras: o tema é tratado de maneira breve nos itens 7.3 e 7.6 do presente estudo e, devido à especificidade do item contratado, o requisito será abordado mais detalhadamente no Termo de Referência, inclusive com fundamento no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

Porto Velho/RO, *(data da assinatura digital)*.

Responsáveis pela confecção:

IGOR GONÇALVES DE MACEDO ||| SLDE

ANDESSON DE MELO BRAGA ||| CA

ANDRÉ BISPO ZEFERINO DE PAULA ||| CA

Aprovação do ETP pela área demandante

Aprovo o presente Estudo.

LARISSA EVELIN ARAUJO VIEIRA

Assessora de Comunicação

Análise pela Coordenadoria de Administração

Após revisão, envio para aprovação pela Secretaria Estadual em *(data da assinatura digital)*.

ELIAS JUSTO SALVADOR

Coordenador de Administração

Aprovação do ETP pela autoridade competente

APROVO o presente ETP em (data da assinatura digital), por restarem cumpridos os requisitos da Instrução Normativa SEGES/ME n.58/2022 e art.18, §1º da Lei 14.133/2021.

JAKSON BARBOSA ALVES

Secretário Estadual

ANEXO I

MAPA DE PREÇOS

PR-RO-00006675/2026

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

PR-RO-00009502/2026



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RO-00015553/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

.....
Signatário(a): **IGOR GONCALVES DE MACEDO**

Data e Hora: **23/04/2026 11:46:34**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JAKSON BARBOSA ALVES**

Data e Hora: **23/04/2026 11:49:31**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANDRE BISPO ZEFERINO DE PAULA**

Data e Hora: **23/04/2026 12:35:30**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANDESSON DE MELO BRAGA**

Data e Hora: **23/04/2026 12:43:51**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ELIAS JUSTO SALVADOR**

Data e Hora: **23/04/2026 13:07:48**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LARISSA EVELIN ARAUJO VIEIRA**

Data e Hora: **23/04/2026 14:18:15**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave cc90a0e3.ecc3f684.6240360a.3b4a9679



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS

Pregão Eletrônico (art. 29 da Lei n. 14.133/2021)

Menor Preço

Exclusiva ME-EPP

Processo: PGEA – 1.31.000.000484/2026-11
Interessado/Órgão Requisitante: Assessoria de Comunicação

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Trata-se de contratação de confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais para atender às necessidades explicitadas no DFD acostado a estes autos, na forma e sob as justificativas deste documento.

ITEM 1: Camisetas para Campanha MPF/RO

Imagem Ilustrativa:

Material confeccionado:
Malha Fria, PV (poliviscose), manga curta, gola redonda, unissex, com estampas.

Tamanho:
P, M, G, GG, XG, XGG, XXGG.

Cor: Diversas
A cor da camiseta e das estampas será escolhida a cada pedido realizado após a formalização da contratação, podendo ser escolhida qualquer uma do padrão de cores CMYK.

UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ANUAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO ANUAL	CATMAT/ PDM
UND	780	R\$ 25,65	R\$ 20.007,00	458679/4380

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE E AQUISIÇÃO:

Trata-se de contratação de natureza continuada, em razão da recorrência da demanda mínima anual de camisetas, e da economia processual e administrativa decorrente da celebração de contrato de maior duração, em vez da realização de novos procedimentos licitatórios a cada exercício. O número de itens consiste de quantitativo meramente **estimativo**, que poderá variar conforme a demanda efetiva ao longo da execução contratual, observado o **quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) unidades por pedido**.

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir comunicação visual eficiente e padronizada nas campanhas institucionais do MPF/RO, voltadas à conscientização social, à transparência institucional e ao fortalecimento do controle social. As camisetas institucionais configuram importante instrumento de identificação e divulgação da atuação do MPF, contribuindo para a transmissão clara e acessível das mensagens institucionais ao público externo.

LOCAIS DE ENTREGA:

PR-RO – Rua José Camacho – 3307, Bairro Embratel, Porto Velho – RO;
PRM/JPR – Av. Clóvis Arraes – 1415, Bairro Centro, Ji-Paraná – RO.

1.2 – O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, dado seu padrão de desempenho e qualidade que é definido objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado; e como afeito a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à atividade-fim do órgão.

1.2.1 – O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto na Portaria PGR/MPU nº 85/2022, que regulamenta o art. 20 da Lei n. 14.133/2021.

1.3 – O prazo inicial do contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021).

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se exposta no quadro do item 1.1.

2.2 – A demanda encontra-se aprovada no PCA 2026 do órgão, conforme Despacho PR-RO-00008776/2026.

2.3 – A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para o decênio 2024-2027, instituído por meio da [PORTARIA PGR/MPF N. 843, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024](#), principalmente quanto ao atingimento do objetivo estratégico "apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem

acessível", da dimensão "Visão", conforme o Mapa Estratégico do MPF, disponível em <https://transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf/e/2024/DMPF-ADMINISTRATIVO-2024-10-30.pdf>, conforme atualizado pela Portaria PGR/MPF N. 843/2024.

2.4 – Considerando que os itens possuem valor estimado individual menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. A medida favorece a ampliação da competitividade, estimula a economia local e nacional e é compatível com as especificações padronizadas dos bens, sem prejuízo da padronização operacional e da uniformidade técnica previstas neste Termo de Referência.

2.4.1 – Aplicam-se as regras de empate ficto e de regularização fiscal previstas nos arts. 44 a 46 e 43, §1º, da LC 123/2006, e nos arts. 8º a 10 do Decreto n. 8.538/2015, quando cabíveis, conforme disciplinado no Edital da licitação.

2.5 – A futura contratação observará, entre outros, os seguintes normativos (sem prejuízo de outros aplicáveis):

- a) Lei n. 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
- b) Portaria PGR/MPU n. 85/2022 (enquadramento de bens de consumo no MPU);
- c) Portaria PGR/MPU n. 28/2023 (regras e diretrizes para atuação de agentes de contratação, equipes e fiscais/gestores de contratos no MPU);
- d) Portaria PGR/MPU n. 38/2023 (Política de Governança das Contratações do MPU e ESMPU);
- e) Portaria PGR/MPF n. 290/2023 (Política de Sustentabilidade, PLS e Rede MPF Sustentável);
- f) Portaria PGR/MPU n. 100/2023 (pesquisa de preços no MPU);
- g) LC n. 123/2006 e Decreto n. 8.538/2015 (tratamento favorecido a ME/EPP);
- h) Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 – Contratação, por meio de pregão eletrônico (art. 29, da Lei n. 14.133/2021), tipo menor preço unitário (Instrução Normativa Seges/ME n.73/2022.), de confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais, pelo período inicial de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 10 (dez) anos.

3.2 – As especificações técnicas mínimas e os quantitativos estimados constam da Seção 1

deste documento.

3.3 – A gestão e fiscalização dos fornecimentos serão exercidas pelas unidades requisitantes, que verificarão conformidade, prazo e integridade dos itens entregues, com base nas condições registradas em ata.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – **Sustentabilidade:** conforme o [Guia de Contratações Sustentáveis do MPF](#), a contratada deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Utilização de embalagens biodegradáveis para transporte.

4.2 – **Subcontratação:** não será admitida a subcontratação do objeto, dada a necessária responsabilidade técnica por sua entrega na forma especificada.

4.3 – **Garantia da contratação:** não haverá exigência de **garantia** da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, de modo a não ferir a competitividade do certame, considerando a baixa complexidade do objeto, bem como o fato de que tal instituto não se mostra necessário para assegurar a adequada execução contratual.

4.4. **Dos atestados de capacidade técnica:** dada a baixa complexidade técnica da manufatura (e mesmo do simples fornecimento) dos itens a serem adquiridos, não será exigida comprovação de capacidade técnica.

5 – MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – **Condições de execução:** Após o recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, prazo de entrega dos bens será de **15 (quinze) dias úteis** para o fornecimento nos locais estabelecidos na Seção I deste documento.

5.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 – A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do fornecimento.

5.4 – Os materiais devem ser embalados de forma adequada para não sofrerem danos durante transporte, carga e descarga; o acondicionamento deve proteger da poeira e de variações de temperatura.

5.5 – **Garantia, manutenção e assistência técnica:** o prazo de garantia dos bens é aquele estabelecido na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)", quando este Termo de Referência não dispor de forma diferente.

5.6 – Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que

apresentarem vício ou defeito no prazo de até **dez dias úteis**.

5.7 – O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado **uma única vez, por igual período**, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1 – O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n. 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1.1 – A fiscalização será regida pela Portaria PGR/MPU n.28/2023, e, subsidiariamente, pelo Decreto n. 11.246, de 2022.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – **Fiscalização:** A CONTRATANTE exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução da contratação, designando, em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei n. 14.133/2021, 1 (um) ou mais fiscais da contratação, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei n. 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, observando-se, ainda, as regras dos § 1º, 2º, 3º e 4º do referido artigo.

6.4.1 – A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.5 – **Fiscalização técnica:** O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução, para que todas as condições estabelecidas sejam cumpridas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6 – O fiscal técnico do anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução dos objetos, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ((Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e

Portaria PGR/MPU n. 28, de 2023, art. 17, II).

6.7 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção (Portaria PGR/MPU n. 28, de 2023, art. 17, III).

6.8 – O fiscal técnico informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução dos objetos nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.10 – **Fiscalização Administrativa:** O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.1 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.11 – Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas neste documento, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.12 – **Gestor** - cabe ao gestor do contrato:

a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

h) suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da SE/PRRO, para providências.

6.13 – A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.14 – **LGPD e confidencialidade:** A CONTRATADA deverá restringir o tratamento de dados pessoais ao mínimo necessário para a execução contratual, garantindo confidencialidade e segurança das informações, nos termos da Lei n. 13.709/2018, responsabilizando-se por seus prepostos e terceiros eventualmente envolvidos

7 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021 e da Portaria PGR/MPU n.178/2023, a contratada que, no âmbito da presente contratação:

7.1.1 – der causa à inexecução parcial;

7.1.2 – der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;

7.1.3 – der causa à inexecução total;

7.1.4 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5 – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução;

7.1.6 – praticar ato fraudulento na execução;

7.1.7 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.9 – A infração administrativa exige conduta voluntária, dolosa ou culposa, sendo que o dolo ou culpa da pessoa jurídica se manifesta através da conduta de seus administradores, sócios, empregados ou prepostos.

7.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 – Advertência, somente quando a contratada der causa à inexecução parcial de injustificadamente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei n. 14.133 de 2021);

7.2.1.1 – As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do §1º do art. 117 da Lei n. 14.133 de 2021 não configuram a sanção de advertência.

7.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “7.1.2”, “7.1.3” e “7.1.4” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021);

7.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.5”, “7.1.6”, “7.1.7” e “7.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “7.1.2”, “7.1.3” e “7.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

7.2.4 – Multa, cuja base de cálculo consiste no valor **total** homologado na contratação para cada item ao qual a infração se refira, nas seguintes modalidades:

7.2.4.1 – Moratória, para as infrações descritas no subitem 7.1, alíneas “7.1.1” a “7.1.4”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias corridos;

7.2.4.2 – Compensatória, para as infrações descritas no subitem 7.1, alíneas “7.1.5” a “7.1.8” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3.1 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.3.2 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.4 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.1 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.11.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.13 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou instrumento equivalente ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

7.14 – Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei, sendo utilizada a dosimetria na forma disposta na Portaria PGR/MPU n. 178/2023.

7.15 - As comunicações dos atos realizados nos processos de licitação e contratos administrativos, bem como aos de apuração de responsabilidade por descumprimento de obrigações contratuais e de aplicação de sanções administrativas, naquilo que não contrariar a Lei 14.133/2021, serão realizados de acordo com as regras da Portaria PGR/MPU nº 99/2024.

8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 – Recebimento: os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1 – Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de

que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6 – O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8 – As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.9 – Liquidação: recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 77/2022.

8.9.1 – O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.10 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10.1 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.11.1 – Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11.2 – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.11.3 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11.4 – Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.12 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.13 – Prazo de pagamento: o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 77, de 2022.

8.13.1 – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA para correção monetária.

8.14 – Forma de pagamento: o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para

crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.15 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15.1 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16 – Independentemente do percentual de tributo inserido em eventual planilha fornecida pelo fornecedor vencedor, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17 – O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.18 – Reajuste: os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, sendo considerada a data da **homologação** do certame.

8.19 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.19.1 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.19.2 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.19.3 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.19.4 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.19.5 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ou instrumento equivalente.

8.20 – O reajuste será realizado por apostilamento ou instrumento equivalente.

8.21 – As disposições sobre reajuste dos preços registrados não impedem a negociação, a

qualquer tempo, com vistas à obtenção de valores mais vantajosos para a Administração.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: O fornecedor será selecionado por meio de Pregão Eletrônico com fundamento, com fundamento no art. 29 da Lei n.14.133/2021, pelo critério Menor Preço (IN SEGES/ME n.73/2022)

9.2 – Forma de fornecimento: o fornecimento do objeto será dividido, dando-se a cada pedido, nas quantidades solicitadas, mediante o fornecimento da respectiva Nota de Empenho.

9.3 – O critério de julgamento será o menor preço.

9.4 – Não poderão participar da seleção ou terem para si adjudicados o objeto da contratação os fornecedores/prestadores:

I – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III – pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do certame, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.5 – Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

9.5.1 – **Habilitação jurídica:**

9.5.1.1 – pessoa jurídica, exceto sociedade cooperativa: cartão-CNPJ atestando regularidade de seu cadastro, situação ativa da pessoa jurídica e ramo de atividade primária ou secundária condizente com a contratação;

9.5.1.2 – sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971, e ato de autorização para o exercício da atividade, caso aplicável.

9.5.2 – **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.5.2.1 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.2.2 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.2.3 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.2.4 – Prova de regularidade com a Fazenda **estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.2.5 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.3 – **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.5.3.1 – certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, no caso de pessoa jurídica;

9.5.4 – **Qualificação Técnica e Capacidade Técnico-Operacional:** não será exigida (mero fornecimento de bem comum).

9.6 – Não será admitida a participação de pessoas físicas no presente certame, dado o vulto financeiro e o volume do objeto da contratação.

9.7 – Não será admitida a participação de consórcios, mas será admitida participação de cooperativas nesta contratação. A vedação à participação de empresas em consórcio se

justifica pela disponibilidade de mercado suficiente para a execução do objeto por empresas individualmente consideradas, tendo em vista a baixa complexidade do objeto contratado, inexistindo restrição à competição pela exclusão de consórcios.

9.8 – A contratada deverá ainda apresentar a Declaração correspondente à determinação da Resolução CNMP n. 172/2017.

9.9 – **Disposições gerais sobre habilitação:** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9.1 – Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11 – Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12 – Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – A estimativa do valor da contratação é de aproximadamente R\$ 20.007,00 (vinte mil e sete reais) para o período inicial de 1 (um) ano, considerando a previsão de fornecimento de 780 (setecentas e oitenta) camisetas anualmente. O quantitativo possui caráter meramente estimativo, podendo variar conforme a demanda efetiva da Administração.

10.2 – O índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, será o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 200046 – Gestão: 00001

Plano de trabalho: 3.062.0031.4264.0001

Plano Interno: MBASIC

Fonte: 100

Elemento de despesa: 3.3.90.30-23 – UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS

12 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 – Constituem obrigações da Procuradoria da República em Rondônia (PR/RO):

- a) Prestar informações e esclarecimentos ao Fornecedor, bem como proporcionar-lhe todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato ou instrumento equivalente;
- b) Atender às disposições deste Termo de Referência, do Edital e demais anexos;
- c) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- d) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de quinze dias úteis.
- e) Notificar os emitentes de eventuais garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento das obrigações contratuais, caso aplicável.
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços em desacordo com este Termo de Referência e seus anexos;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- h) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- i) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- j) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- k) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- l) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- m) Cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal n. 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei

Federal n. 12.965/14), o disposto na Resolução n. 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, e demais regulamentos.

12.1.1 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2 – O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

12.3 – O Fornecedor se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento e demais anexos, e na sua proposta, de maneira que o fornecimento do objeto seja realizado na forma contratada e, em especial:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento e demais anexos;
- b) Fornecer o objeto segundo as especificações e condições deste Termo de Referência, Edital e demais anexos;
- c) Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela PR/RO quanto ao fornecimento do objeto;
- d) Manter todas as condições de habilitação e qualificação regularmente exigidas na contratação durante a vigência da mesma, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n. 14.133/2021 e demais normas de regência.
- e) Substituir as suas expensas o objeto, no total ou em parte, fornecido com defeitos ou incorreções, bem como sempre que estiver em desacordo com este Termo de Referência e seus demais anexos;
- f) Responsabilizar-se pelos **danos causados** ao patrimônio da PR/RO, a seus servidores ou ao público, em decorrência do fornecimento de material em desacordo com as especificações deste instrumento e seus anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias corridos contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser fornecido, sem prévia e expressa anuência da PR/RO;
- h) Cuidar para que na vigência da contratação seus sócios, bem como seus gerentes e

diretores não sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargo de direção dos Órgãos do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Caso ocorra tal situação a PR/RO deverá ser informada imediatamente, por escrito, para as medidas cabíveis.

i) A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei Federal n. 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

j) No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a obedecer à cláusula específica atinente a esse assunto no Termo de Contrato.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 – A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual (Termo de Contrato), que deverá ser assinado pela Contratada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação para esse fim, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

13.2 – Nos termos da Lei n. 14.973/2024, será realizada, antes da formalização da contratação com o concorrente vencedor, a consulta da situação do mesmo junto ao CADIN, sendo que a existência de registro impedirá a celebração de contrato ou instrumento equivalente.

13.3 – Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL, DOS CASOS OMISSOS E DAS ALTERAÇÕES

14.1 – A contratação será extinta quando houver o decurso máximo de seu prazo temporal.

14.2 – A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.3 – A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na

licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.4 – **DOS CASOS OMISSOS:** os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.5 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

14.5.1 – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação (PARECER n. 00061/2024/DECOR/CGU/AGU).

14.6 – **FORO:** fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133, de 2021.

15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Em respeito ao Despacho 7085/2023/SE (PR-RO-00031789/2023), informa-se abaixo as modificações feitas na estrutura deste documento em relação ao modelo da AGU “**LICITAÇÃO - BENS COMUNS**”, de utilização obrigatória no âmbito desta PR/RO para as contratações assemelhadas:

15.1.1 – Foi adicionado o item à Seção "Fundamentação e descrição da necessidade da contratação" tratando sobre o Planejamento estratégico do órgão, conforme orientação da ASSJUR em contratações passadas (Parecer PR-RO-00037996/2023, item 2.5.21).

15.1.2 – Foi adicionada a Seção “Obrigações das partes”, retirada do Anexo I (regras aplicáveis ao contrato) do Modelo AGU, por orientação da ASSJUR em contratações passadas (Parecer PR-RO-00037996/2023, item 2.6.4).

15.1.3 – Foi adicionada a Seção “Da formalização da contratação”, retirada do Anexo I (regras aplicáveis ao contrato) do Modelo AGU, dado a importância, para a clareza das regras atinentes, de que conste no corpo do documento.

15.1.4 – Foi adicionado à Seção intitulada “Forma e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução” itens acerca da participação de pessoas físicas, cooperativas e consórcios.

15.1.5 – Foi adicionada a Seção “Da extinção contratual”, retirada do Anexo I (regras aplicáveis ao contrato) do Modelo AGU, dado a importância, para a clareza das regras

atinentes, de que conste no corpo do documento.

15.1.6 – Foi adicionada a Seção “Dos casos omissos, das alterações e do foro”, retirada do Anexo I (regras aplicáveis ao contrato) do Modelo AGU, dado a importância, para a clareza das regras atinentes, de que conste no corpo do documento.

15.1.7 – Foi adicionada à Seção “Condições gerais da contratação” a Seção "Vigência e prorrogação" retirada do Anexo I (regras aplicáveis ao contrato) do Modelo AGU, dado a importância, para a clareza das regras atinentes, de que conste no corpo do documento.

15.2 – Dos atos da Administração no bojo desta contratação caberão:

15.2.1 – Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura de ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de fornecedor;

d) anulação ou revogação da Dispensa;

e) extinção do contrato ou instrumento equivalente, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

15.2.1.1 – A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de trinta minutos da ciência do ato, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

15.2.2 – Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

15.3 – O processamento e os efeitos dos recursos e pedidos de reconsideração seguirão disposto nos art.165 a 168 da Lei n.14.133/2021.

15.4 – O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.4.1 – Será assegurado ao interessado vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5 – Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei n.14.133/2021 também caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art.166 da referida lei.

15.6 – Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei n.

14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, na forma do art. 167 da referida lei.

Porto Velho, *data da assinatura eletrônica*.

Elaborado por:

IGOR GONÇALVES DE MACEDO
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

ANDESSON DE MELO BRAGA
Membro da Equipe de Planejamento

ANDRÉ BISPO ZEFERINO DE PAULA
Membro da Equipe de Planejamento

LARISSA EVELIN ARAUJO VIEIRA
Área Requisitante

ANÁLISE E ENCAMINHAMENTO

Após revisão, encaminhado à Secretaria Estadual para aprovação.

Porto Velho – RO, (data da assinatura eletrônica).

ELIAS JUSTO SALVADOR
Coordenador de Administração

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO este Termo de Referência, na forma do art. 72, I e VIII, da Lei 14.133/2021, por restarem presentes os requisitos do inciso XXIII do art. 6º e §1º do art. 40 do mesmo diploma.

Porto Velho – RO, (data da assinatura eletrônica).

JAKSON BARBOSA ALVES
Secretário Estadual

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PR-RO-00000656/2026

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 23/04/2026 11:46. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dc4fc233.3283c2de.2cb496d7.c55f3edc

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

PR-RO-00009502/2026

ANEXO III

MAPA DE PREÇOS

PR-RO-00006675/2026

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 23/04/2026 11:46. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dc4fc233.3283c2de.2cb496d7.c55f3edc

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

PR-RO-00006534/2026



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RO-00015541/2026 TERMO DE REFERÊNCIA nº 12-2026**

.....
Signatário(a): **IGOR GONCALVES DE MACEDO**

Data e Hora: **23/04/2026 11:46:38**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JAKSON BARBOSA ALVES**

Data e Hora: **23/04/2026 11:49:24**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANDRE BISPO ZEFERINO DE PAULA**

Data e Hora: **23/04/2026 12:35:30**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANDESSON DE MELO BRAGA**

Data e Hora: **23/04/2026 12:43:51**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ELIAS JUSTO SALVADOR**

Data e Hora: **23/04/2026 13:07:48**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LARISSA EVELIN ARAUJO VIEIRA**

Data e Hora: **23/04/2026 14:22:49**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dc4fc233.3283c2de.2cb496d7.c55f3edc



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº XX/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA, E A EMPRESA XXXX, VISANDO O SERVIÇO DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO, EM CARÁTER CONTINUADO, DE CAMISETAS PARA CAMPANHAS INSTITUCIONAIS.

CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA, localizada na Rua José Camacho, nº 3307, CEP 76820-886, Embratel – Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ sob o nº **26.989.715/0026-60**, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, Sr. **JAKSON BARBOSA ALVES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 41, IX, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015.

CONTRATADO: XXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXX**, estabelecida na **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **XXXX**, residente **XXXX**, tendo em vista o que consta no **Processo nº XXXXX** referente ao **Pregão n. XX/2026**, considerando as disposições estabelecidas no artigo 6º, XLI da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a confecção e fornecimento, em caráter continuado, de camisetas para a realização de campanhas institucionais no âmbito do Ministério Público Federal em Rondônia, **conforme termos e condições gerais estabelecidas no item 1 do Termo de**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

Referência desta contratação (PR-RO XXX/2026).

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência (PR-RO-XXXX/2026);
- 1.2.2 O Edital da Licitação (PR-RO-XXXX/2026);
- 1.2.3 A proposta da Contratada (PR-RO-XXXX/2026);
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência inicial desta contratação será de **01 (um) ano, podendo ser sucessivamente prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, dada a sua caracterização de natureza continuada.

2.2 Conforme previsto no art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a extinção do contrato, sem ônus para a Administração, quando a essa não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, desde que o Contratado seja avisado com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos.

2.3 A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a contratação tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido prestados regularmente e a contento;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

na continuidade de fornecimento do objeto;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Público Federal (CADIN).

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência da contratação, cujos termos compõem, para todos os fins, este contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor estimado/global do contrato, para o período de 01 (um) ano, é de **R\$ XXXX**,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

conforme discriminado a seguir:

QUADRO DE VALORES			
Unidade de Medida	Quantidade de pedidos de camisetas anuais estimados	Valor Unitário	Valor estimado anual
UN	780	R\$ XX	R\$ XX
VALOR ANUAL ESTIMADO			
VALOR BIANUAL ESTIMADO			R\$ XXX

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 As solicitações de fornecimento poderão ser realizadas durante todo o período de vigência contratual, conforme a necessidade da CONTRATANTE, **observado o quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) unidades por pedido.**

5.4 Fica estabelecido, ainda, o quantitativo mínimo anual de 780 (setecentas e oitenta) unidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 8 “Critérios de Medição e de Pagamento” do Termo de Referência desta contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

7.1 Considerando não se tratar de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, os preços inicialmente contratados não sofrerão repactuação, salvo a possibilidade de revisão em decorrência da observância de fato superveniente devidamente comprovado na forma do art. 124, II, “d” da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Após o interregno de um ano da data do orçamento estimativo inicial da contratação, a Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

7.3 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Não iniciado o procedimento de reajuste pelo Contratante, compete ao contratado solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

7.5 Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido na cláusula 7.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

7.6 Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.8 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.11. O reajuste será concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

7.12. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo daquelas constantes do Termo de Referência:

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência que embasou a contratação;

8.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4 Atestar as faturas emitidas pela contratada, desde que emitidas conforme as condições estabelecidas neste Contrato ou no Termo de Referência.

8.5 Efetuar o pagamento das Notas Fiscais ou Faturas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato ou Termo de Referência.

8.6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do CONTRATO, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustes do mesmo.

8.7 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

8.8 A CONTRATANTE exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, mediante designação de gestor e fiscal para assegurar o cumprimento do contrato.

8.9 Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades que delimitam as suas obrigações e estabelecem as suas prerrogativas:

a) Manter um PGEA específico atualizado com toda a documentação pertinente aos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

trabalhos, incluindo o Contrato, Termo de Referência, orçamentos, planos, fichas, correspondências, relatórios relacionados à prestação do objeto contratado;

b) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas especificações, normas técnicas e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

c) Solicitar os acréscimos ou supressões ao Contrato quando necessários;

d) Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas;

e) Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;

f) Atestar as notas fiscais/faturas;

g) Acompanhar o prazo de início e término da execução do Contrato;

h) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas atribuições e visando a correta execução do contrato.

8.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO, sem prejuízo daquelas constantes do Termo de Referência:

9.1 Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos (Termo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

Referência e Edital), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2 Cumprir fielmente o que se estabelece neste termo, de forma que o objeto contratado seja entregue conforme especificações exigidas nos documentos vinculados à contratação, corrigindo, total ou parcialmente, às suas expensas, o objeto prestado com vício, defeito ou incorreção, seja decorrente de execução irregular ou do emprego de peças ou materiais inadequados;

9.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desse contrato, uma vez não ser permitida a subcontratação;

9.4 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos constantes de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o inicialmente previsto não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto na hipótese de ocorrência de algum dos eventos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.5 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua contratação, especialmente quanto à regularidade fiscal federal, estadual e municipal, bem como em relação à regularidade fiscal trabalhista e do FGTS, as quais serão objeto de análise prévia a cada pagamento efetivado.

9.6 Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração relativa à CONTRATADA, inclusive quanto à razão social, endereço, telefone, e-mail e demais dados cadastrais.

9.7 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, responsabilizando-se por sua não divulgação, sob qualquer forma. .



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2 No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE em caso de solicitação;

e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Conforme previsto no Termo de Referência, não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerada a baixa complexidade do objeto, bem como o fato de que tal instituto não se mostra necessário para assegurar a adequada execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do §1º do art. 117 da Lei n. 14.133 de 2021 não configuram a sanção de advertência.

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição **de penalidade** mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

a) praticar as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do **subitem 12.1**, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias corridos;

12.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas no **subitem 12.1**, alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, que serão arbitradas na forma do **subitem 12.6**.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.12 Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei, sendo utilizada a dosimetria na forma disposta na Portaria PGR/MPU n. 178/2023.

12.13 As comunicações dos atos realizados nos processos de licitação e contratos administrativos, bem como, aos de apuração de responsabilidade por descumprimento de obrigações contratuais e de aplicação de sanções administrativas, naquilo que não contrariar a Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

14.133/2021, serão realizados de acordo com as regras da Portaria PGR/MPU nº 99/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.4.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, quando houver a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência desse dia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

13.4.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 60 (sessenta) dias da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 60 (sessenta) dias da data da comunicação.

13.5 O contratante poderá conceder prazo para o contratado regularizar suas obrigações fiscais ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.6 A contratante poderá, ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado, decorrentes do contrato.

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei n. 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, caso, neste caso, observado um dos fatos dispostos no art. 124, II, “d” da referida Lei, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

- (a) UG Executora 200046 (PR-RO);
- (b) Programa de trabalho: XXX
- (c) Plano Interno: XXX
- (d) Fonte: XXX
- (e) Elemento da Despesa: XXX
- (f) Nota de Empenho: XXX

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2 O presente Contrato somente terá eficácia após aprovado pelo(a) Sr.(a) Procurador(a)-Chefe da Procuradoria da República em Rondônia, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII, do artigo 33º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF n. 382 de 05/05/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes e por duas testemunhas.

JAKSON BARBOSA ALVES
Secretário Estadual
(assinado eletronicamente)

XXXX
Representante da Contratada
(assinado eletronicamente)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

TESTEMUNHAS:

XXXX

(assinado eletronicamente)

XXXX

(assinado eletronicamente)

**Aprovo, conforme ART. 56, XVII, do Regimento Diretivo do Ministério
Público Federal.**

(assinado eletronicamente)

DANIELA LOPES DE FARIA

Procurador(a)-Chefe

Procuradoria da República de Rondônia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RO-00015637/2026 TERMO DE CONTRATO**

.....
Signatário(a): **GLEYCIANE DE OLIVEIRA BELLARDE**

Data e Hora: **23/04/2026 14:29:53**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IGOR GONCALVES DE MACEDO**

Data e Hora: **23/04/2026 14:37:05**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 06dcf734.f89e6ff1.679eb2a3.d467a8e6